



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III  
CURSO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS

**MEMORIAL**

**LIVRO-REPORTAGEM “QUINTO DIA ÚTIL: RELATOS (IN)VISÍVEIS DAS  
TRABALHADORAS RURAIS ASSALARIADAS DE MANIÇOBA**

Juazeiro-BA

Janeiro/2025

JÉSSICA VIEIRA CARDOSO

**MEMORIAL**

**LIVRO-REPORTAGEM “QUINTO DIA ÚTIL: RELATOS (IN)VISÍVEIS DAS  
TRABALHADORAS RURAIS ASSALARIADAS DE MANIÇOBA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Colegiado do Curso de Jornalismo em Multimeios, do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Conceição da Silva Paiva.

Juazeiro-BA

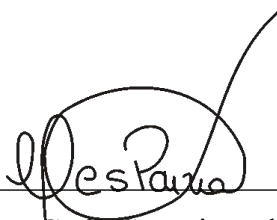
Janeiro/2025

JÉSSICA VIEIRA CARDOSO

**MEMORIAL**

**LIVRO-REPORTAGEM “QUINTO DIA ÚTIL: RELATOS (IN)VISÍVEIS DAS TRABALHADORAS RURAIS ASSALARIADAS DE MANIÇOBA**

Memorial apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia, aprovada em 17 de janeiro de 2025, pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:



---

Profa. Dra. Carla Conceição da Silva Paiva  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



---

Profa. Ms. Raiane Barbosa de Souza  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** IANNE SAMARA BASTOS LIMA BARBOSA  
Data: 20/03/2025 17:30:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Jornalista Ianne Samara Bastos Lima Barbosa  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Juazeiro-BA  
Janeiro/2024

“Eu não tenho a bolha da proteção  
Queria eu guardar tudo que amo  
No castelo da minha imaginação  
Mas eu vejo a vida passar num instante  
Será tempo o bastante que tenho pra viver?  
Eu não sei, eu não posso saber  
Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida  
Farei um altar pra comunhão  
Nele, eu serei um com o mundo até ver  
O ponto da emancipação  
Porque eu descobri o segredo que me faz humano  
Já não está mais perdido o elo  
O amor é o segredo de tudo  
E eu pinto tudo em amarelo”

(Leandro Roque De Oliveira e Vinicius Leonard Moreira, 2019)

## AGRADECIMENTOS

Começo esta parte registrando o meu incondicional agradecimento a Deus, pois desconheço aquele que crê, independente do segmento religioso, que não se apegue às forças maiores e inexplicáveis para tentar aplacar as angústias, o medo e as dúvidas recorrentes sobre a própria capacidade. Em cada momento que me deparei com dificuldades, percalços e entraves pessoais, tive forças para seguir em frente e, se cheguei até aqui, a permissão foi d'Ele, a partir das muitas orações de minha amada mãe.

Em segundo lugar, à minha família, meus amados pais, Josecleide e José, e meu irmão mais velho, Johny, que nunca mediram esforços em relação aos meus estudos. Minha mãe costuma dizer que o bem mais precioso que ela poderia me dar é a educação, e assim tem sido desde o meu primeiro contato com a escola. Obrigada por anos de suporte nessa trajetória, tendo que, diversas vezes, mudar o curso das vidas de vocês, priorizando o meu bem-estar. Acredito que nada do que eu escreva será capaz de transmitir o orgulho e a gratidão que eu sinto por vocês.

Ao meu pai, ainda, gostaria de dedicar minha imensa gratidão pelo apoio durante toda esta pesquisa. Desde me levar para as entrevistas até responder todas as dúvidas que surgiram enquanto eu escrevia.

A Leo e Vitória, meus irmãos mais novos, vocês também fazem parte disso. Na tentativa de ser um exemplo para vocês, acabei me distanciando, mas acreditem, não há nada que eu me orgulhe mais do que ter sido parte fundamental da criação de vocês dois.

Por falar em irmandade, gostaria de agradecer à minha querida Maria Clara, a quem encontrei pessoalmente pela primeira vez no dia da matrícula do curso, em 2018, e que, de lá para cá, tem sido minha companheira em absolutamente tudo. Maria, você se tornou a minha família e nosso encontro, proporcionado pela UNEB, tenho certeza de que ocorreria em qualquer outro local. Ainda assim, tê-la nesse processo de graduação foi, sem dúvidas, o maior presente que eu poderia ter recebido. Com você, vivi momentos que ficarão eternizados em meu coração, apesar de saber que, com seu afastamento, serei esquecida (contém humor, pois Maria me disse um dia que começa a esquecer as pessoas quando não as vê diariamente). Por falta de uma palavra que expresse em totalidade esse sentimento, obrigada por segurar minha mão e me dizer que tudo ficaria bem, mesmo quando nenhuma de nós conseguia acreditar nisso de fato; obrigada por sempre fazer monólogos inteligentes e reflexivos sobre os nossos problemas, terminando o discurso com “Mas é isso!”. Comecei essa jornada com você e tenho orgulho em saber que, com você, terminarei!

A Aylla, minha namorada, o que seria de mim sem seu apoio durante esse período? Obrigada por me ouvir reclamar inúmeras vezes sobre o processo, mesmo quando você mesma vivia suas demandas individuais. Obrigada também por salvar minha vida, emprestando seu computador, quando o meu, exausto de tudo, resolveu não dar conta mais do serviço. Obrigada por cuidar de mim, mesmo distante. Te amo!

Gostaria de agradecer também à minha amiga Laura Bitú, Laurinha, a artista responsável pelas ilustrações e capa deste livro. Laura, com algumas informações e meu

sonho, consegui dar vida, cor e identidade a este trabalho. Obrigada, amiga, por colocar seu amor e talento neste projeto.

Outra pessoa que dedicou tempo para fazer acontecer esse material foi minha também amiga Mariana Brasileiro, a quem tive a honra de presenciar o processo de construção do TCC no semestre passado e que, neste semestre, me salvou diagramando o livro. Mari, quero que saiba que, para além da gratidão, sou muito fã da sua pessoa. Sua determinação, compromisso e responsabilidade com tudo o que se propõe a fazer me inspiram.

E como tenho citado, pouco a pouco, as pessoas com quem estudei, não poderia deixar de agradecer à turma do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios 2018.2. Éramos inicialmente mais de 40 alunos, cheios de incertezas e medo do que viria pela frente. Foram seis anos de compartilhamento, onde enfrentamos duas greves e uma pandemia, que drasticamente afunilou a quantidade de membros para 16 pessoas. Sou imensamente grata por ter sido parte da turma que ficou sem sala desde o sétimo período. Com vocês aprendi o valor da coletividade, conheci os UnebAmigos e tive a oportunidade de vê-los, lindos, colando grau no semestre passado. Raine, Julia, Moacir, Wellington, Otávio, Laura e Maria Clara, a primeira panelinha a gente nunca esquece! Agradeço também a Jônatas e Ana Clara, amigos queridos com quem me aproximei cada vez mais nesse processo.

E como não agradecer à UNEB? É verdade o que dizem sobre ela ser uma mãe. Quando entrei na universidade, tinha apenas 20 anos. Lembro até hoje de conferir várias e várias vezes meu nome na lista de aprovados no vestibular, pois não acreditava que aquilo havia realmente acontecido, e também, após o início das aulas, me beliscar para ter certeza de que aquilo era real. Uma vez em terras unebianas, minha vida mudou completamente e, em seis anos, posso afirmar que a UNEB, justamente às pessoas com quem cruzei nessa jornada, foi fundamental no meu processo de autoconhecimento e amadurecimento, acadêmico e pessoal.

Ainda falando sobre a academia, gostaria de agradecer à minha querida orientadora Carla Paiva, por ter pegado em minha mão até o fim. Carla é o exemplo de determinação, parceria e compromisso, no entanto, ela vai além. Professora, gostaria de dizer que nem nos meus maiores sonhos eu imaginava ser orientada pela senhora e que, novamente, a palavra “obrigada” não expressa metade do sentimento que há em mim. A senhora acreditou na minha capacidade quando eu mesma duvidei centenas de vezes, defendeu a importância do meu trabalho nos meus momentos de incerteza. Sou grata por cada minuto da sua orientação, que, em alguns momentos, ultrapassou até seu tempo disponível, o que reforçou ainda mais o compromisso que teve comigo.

Ao corpo docente também expressei minha gratidão. Foram seis anos de aprendizado e serei eternamente grata pela dedicação, ética e compromisso por parte dos professores com quem tive o privilégio de ter aulas. Aos professores Fábio, Geilson, João, Márcia, Ceres, Andreia, Dalila, Cecílio, Yuri, Rosane e tantos outros com quem pude realizar essa troca dentro e fora da sala, obrigada pelos ensinamentos sobre Jornalismo, sobre a prática e a teoria que envolvem essa profissão, que, sem dúvidas, foram basilares na minha formação.

Minha jornada com a universidade começa antes de 2018, e já nesse momento pude contar com o apoio de duas pessoas especiais: a Levi e o Sr. Almir, que, durante um ano, me transportaram enquanto eu me preparava para o ingresso na UNEB. A minha gratidão a eles.

Gostaria de dedicar também um espaço às pessoas cujo destino não quis que estivessem presentes fisicamente neste momento, mas que são minhas maiores inspirações de vida e resiliência. Vô Neuso, Tia Linda e minha querida Izabela (in memoriam), sinto saudades de vocês todos. Onde quer que estejam, espero ser motivo de orgulho. Saibam que seus legados, em vida, ficaram para sempre marcados em meu coração.

Por fim, à Rosa, Palmer e Summer, devo tudo, mais até do que agradecimentos. Me receberam em seus lares, me contaram sobre suas vidas, me permitiram e confiaram na escrita de suas histórias. São mulheres às quais passei a admirar e me inspirar, na resistência, firmeza e posição. Meninas, saibam que sem vocês este projeto não seria o mesmo. Espero, de coração, que ao lerem se enxerguem e se orgulhem, assim como eu me orgulho do processo que me levou até ele.

## **RESUMO**

Esta pesquisa explora como a interseccionalidade incide sobre a realidade de três mulheres – Rosa, Palmer e Summer –trabalhadoras assalariadas rurais do Perímetro Irrigado de Maniçoba, no município de Juazeiro-BA. Estuda, portanto, as condições de trabalho, as desigualdades de gênero, a violência, e a falta de acesso à educação e saúde, contrastando as realidades no campo e na cidade dessas mulheres e o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro na luta por esses direitos. Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica, a investigação resultou na produção do livro-reportagem "Quinto Dia Útil", que conta as histórias de vida dessas três mulheres, explorando suas experiências de trabalho, opressões enfrentadas e lutas por direitos. O memorial apresentado aqui detalha o processo de produção do livro, incluindo a metodologia, a escolha do gênero jornalístico e o design gráfico.

**Palavras-chaves:** Trabalhadoras Rurais Assalariadas; Maniçoba; Livro-Reportagem; Interseccionalidade; Entrevista Semiestruturada

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	13
2.1 OBJETIVO GERAL .....	13
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS .....	13
<b>3. JUSTIFICATIVA</b> .....	14
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
<b>5. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	27
<b>6. DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b> .....	32
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>8. REFERENCIAS</b> .....	44
<b>9. APÊNDICES</b> .....	52
<b>10. ANEXOS</b> .....	55

## 1.INTRODUÇÃO

Em 2017, a partir de minha experiência pessoal, vivida durante um ano, enquanto Jovem Aprendiz, na função de trabalhadora rural no cultivo de árvores frutíferas, experienciei uma realidade, que, na época, não compreendia em sua totalidade. Anos mais tarde, durante a graduação em Jornalismo em Múltiplos Meios, cursada na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a partir dos conhecimentos adquiridos em disciplinas como Jornalismo e Movimentos Sociais, essa experiência me tomou de volta, impondo reflexões acerca das condições de trabalho que envolve essa categoria. Surge daí o interesse primário de trabalhar com a temática deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – trabalhadoras rurais assalariadas.

Conforme a literatura de Mary Del Priori (2004), o trabalho rural assalariado surge durante um período conhecido como Colonato, quando os imigrantes italianos, passam a laborar pelo método de contratista assalariado, como conhecemos hoje, no período marcado pelo movimento de imigração italiana para o Brasil, motivado pela crise europeia do século XIX. Essa autora explica que os recém-chegados em solo brasileiro substituiriam a mão de obra escravizada, que estava em processo de abolição em 1888, suprimindo a necessidade de mão-de-obra dos “senhores do café” no Sul e Sudeste brasileiro. Essa supressão está diretamente ligada ao surgimento do trabalho assalariado rural no país, que, a partir do “despejo dos ex-escravos”, viu um grande contingente de homens – e mulheres – em sua maioria negros e pobres, ser empurrado para a precarização da mão de obra barata.

Entende-se, a partir disso, que desde seu surgimento, o trabalho rural assalariado é marcado por uma série de lutas, negociações e muitas negações. O universo que permeia a vida dos assalariados e assalariadas rurais, em todo o país, carrega consigo o histórico de uma profissão forjada em processos exploratórios, desde o Brasil colonial (Del Priori, 2004).

Adentrando em reflexões como essa, em 2023, surge a ideia de trabalhar com a temática do trabalho rural, com recorte voltado para as trabalhadoras rurais assalariadas que trabalham e/ou residem no Perímetro Irrigado de Maniçoba, em Juazeiro-BA. A necessidade – e confesso, curiosidade – principal era investigar a respeito do cotidiano dessas mulheres e como algumas questões atravessam a vida delas, para além do trabalho,

corroborando com a formação de opressões e violências, que muitas vezes passam despercebidas.

Como dito, o *locus* central da pesquisa foi estabelecido no Perímetro Irrigado de Maniçoba, localizada a 32 km da sede do município de Juazeiro. Maniçoba foi construído entre os anos de 1975 e 1981, mas passou a ser de fato ocupado e utilizado como polo da agricultura irrigada somente em 1980. Nessa época, a área de plantação compreendia-se em 4.293 hectares, ocupada por 234 lotes de pequenos irrigantes em 1.889 hectares e por 80 lotes empresariais em 2.379 hectares (Codevasf, 2023). Atualmente, esse perímetro se encontra com uma área irrigável de 4.798,04 hectares, sendo 62% área empresarial.

Considerado geograficamente um local de solo fértil, propício para fruticultura irrigada, as culturas mais expressivas no projeto são manga e uva, contabilizando 69% e 15% de toda produção de frutas, respectivamente. Tal cenário torna o Projeto Maniçoba uma referência na geração de empregos diretos e indiretos. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), somente em 2022, foram gerados 8.448 empregos diretos, 12.673 empregos indiretos e 2.872 empregos induzidos, que são empregos criados em decorrência da geração dos empregos diretos, ou seja, prestação de serviços para atender as demandas da instalação de uma fábrica, por exemplo.

Por se tratar de um trabalho sazonal, ou seja, com um curto prazo de duração, o trabalho das mulheres assalariadas é realizado em períodos específicos do ano. No caso da fruticultura irrigada, essa temporada está relacionada às safras, que, no Vale do São Francisco acontecem entre os meses de novembro a março, na cultura da manga, com o pico da produção entre dezembro e fevereiro. Já a safra de uva é mais extensa, com variedades sendo colhidas em períodos distintos. Podendo haver produção entre os meses de dezembro e abril (Embrapa, 2008). É a partir dessa demanda que acontecem as contratações nas fazendas de manga e uva da região, que acabam, por vezes, indo de encontro com os direitos trabalhistas, corroborando para um cenário de trabalhos altamente precarizados, com violações dos direitos mais básicos em detrimento de uma produção desenfreada que só atende as demandas mercadológicas.

A trajetória de luta que envolve as mulheres trabalhadoras rurais assalariadas é atravessada ainda por um país estruturado no patriarcalismo colonial, que estipula ao homem capacidade única de exercer trabalhos manuais, sob a prerrogativa de que a ele

é dotada condição biológica superior à da mulher, enquanto a ela resta associação de seus trabalhos com as tarefas domésticas, não havendo reconhecimento algum, enquanto trabalhadoras (Sales, 2014). Essas mulheres também carregam as sequelas do racismo, evidenciado pela exploração, a desumanização e a vulnerabilidade que atingem de forma mais destrutiva as pessoas negras (Moraes, 2016).

Nesse contexto, esta investigação partiu do seguinte questionamento: como a interseccionalidade incide sobre a realidade das trabalhadoras assalariadas rurais do Perímetro Irrigado de Maniçoba? Inicialmente, pretendia-se investigar o cenário voltado apenas para mulheres residentes na própria Maniçoba, no entanto, mediante a intercursos durante a escolha das fontes, decidiu-se incluir na pesquisa mulheres que trabalham e/ou residem nesse perímetro irrigado.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Avaliar como a interseccionalidade incide sobre a realidade das trabalhadoras assalariadas rurais do Perímetro Irrigado de Maniçoba.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Entender como as diversas interseccionalidades existentes permeiam os ambientes das mulheres trabalhadoras assalariadas rurais do Perímetro Irrigado de Maniçoba;
- Identificar os principais desafios e vivências individuais e coletivas enfrentadas pelas trabalhadoras rurais assalariadas do Perímetro Irrigado de Maniçoba;
- Produzir um livro-reportagem com relatos dessas mulheres trabalhadoras assalariadas rurais.

### 3. JUSTIFICATIVA

As noções de trabalho rural são determinadas, grosso modo, por três categorias de ocupação da área rural: agricultores familiares, empregados (assalariados) e empregadores (Dieese, 2014). Na primeira categoria, compreendem-se pessoas que trabalham na produção para o próprio consumo, com carga horária flexível e individual, voltadas para as diversas atividades de subsistência como a pesca e piscicultura, agropecuária, plantação para consumo próprio e/ou comercialização. Empregados (assalariados) são homens e mulheres que dispõem de sua força de trabalho para um empregador (pessoa física ou jurídica), cumprindo uma jornada de trabalho estabelecida e sendo remunerados, conforme os parâmetros estabelecidos pelas leis trabalhistas nacionais. Por fim, empregador é a pessoa que trabalha explorando a força de trabalho dos assalariados, fortalecendo-se economicamente às custas da mão de obra barata.

Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2013, 15,28% da população brasileira viviam nas áreas rurais, sendo o Nordeste a região com o maior percentual de habitantes ocupando as áreas rurais, com 26,88% (Pnad/Ibge, 2013). De acordo com essa mesma pesquisa, foi constatado que mais de 14 mil mulheres residiam em área rural, estando distribuídas nas três categorias de ocupação citadas anteriormente.

Discutir a realidade de trabalhadores rurais assalariados (empregados) é entender, por exemplo, que o índice de informalidade - ou ilegalidade - da categoria, ou seja, pessoas que prestam seus serviços sem terem sua carteira de trabalho assinada, é superior ao índice de pessoas que trabalham com a carteira assinada. Isso implica em violações dos direitos trabalhistas como FGTS, décimo terceiro e seguro-desemprego. Essa realidade é ainda mais precária quando pensado no recorte de gênero, onde mulheres terão ainda mais problemas nesse sentido, como o corte da licença maternidade, por exemplo (Dieese, 2014).

Grande parte do desejo de realizar este trabalho, com o recorte em mulheres trabalhadoras rurais assalariadas, é justamente pela escassez de estudos que foquem somente nesse grupo e que tratem das necessidades específicas dessa categoria. A maioria das investigações no campo do Jornalismo, especificamente no curso de Jornalismo em Múltiplos Meios na Uneb, abordam questões referente às trabalhadoras rurais

voltadas para a agricultura familiar, destacando sua relevância para o desenvolvimento da região do Semiárido e terem sua identidade reconhecida.

Ao procurar referências para a realização deste TCC, encontrei, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, do Departamento de Ciências Humanas - DCH/Campus III, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, dissertações de Mestrado que estudam o universo das trabalhadoras assalariadas rurais. Entre eles, o trabalho da Profa. Ms. Raiane Barboza de Sousa, intitulada “Processos Formativos das Trabalhadoras da Fruticultura Irrigada no Programa Chapéu de Palha Mulher (Petrolina-PE)”, publicado em 2022. Em seu estudo, Sousa (2020) foca nas experiências de trabalhadoras rurais com aporte de metodologias feministas e interseccionalidade para investigar os impactos do programa “Chapéu de Palha” na vida dessas mulheres, explorando temas como gênero, violência, trabalho e empoderamento.

Outro trabalho inserido nesse contexto é o da Jornalista, Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, Ianne Samara Bastos Lima Barbosa, intitulado “Cotidiano das Trabalhadoras da Viticultura do Vale do São Francisco: Um Estudo Fotoetnográfico”, que analisa o cotidiano das trabalhadoras da viticultura no Vale do São Francisco, utilizando a fotoetnografia como metodologia principal. Esta pesquisa buscou as estratégias e táticas usadas pelas mulheres para se manterem na atividade, considerando a divisão sexual do trabalho e a hegemonia masculina, explorando as singularidades do trabalho feminino na região em contexto com o desenvolvimento da fruticultura irrigada e os impactos socioeconômicos na vida dessas trabalhadoras.

A dissertação do Jornalista, Advogado e também Mestre em Educação, Cultura e Territórios e Semiáridos, Micael Benaic Honório Santos também foi relevante para o desenvolvimento deste TCC. Em seu estudo, Santos (2021) analisa as mudanças ocorridas nos desfiles escolares que fazem parte da tradicional Festa dos Colonos, evento que acontece anualmente no Distrito Irrigado de Maniçoba. A partir do estudo de caso, ele resgata a memória do que foi o desfile e revela as transformações ocorridas no festejo ao longo de 40 anos, que revela o processo de ressignificação pelo qual essa festa tem atravessado.

Partindo dessas leituras, foi possível compreender como uma investigação acadêmica sobre o trabalho das mulheres trabalhadoras rurais assalariadas de Maniçoba,

por si só, levanta uma gama de discussões acerca da precarização do trabalho rural assalariado no Brasil relevantes de serem divulgadas. Ainda que a presença dos Sindicatos aponte avanços e vitórias em pautas essenciais para categoria, como a garantia de água gelada nas fazendas ou a extensão da licença maternidade para as trabalhadoras rurais, em 2024, infelizmente, ainda é necessário debater e denunciar uma série de violências e desumanização para com essas mulheres, como a desvalorização da mão de obra ofertada por elas.

Há, também, uma justificativa mais pessoal, que contribuiu com a escolha do tema. Neta de Colono<sup>1</sup>, fui criada desde os cinco anos de idade em Juazeiro, passando boa parte de minha vida, no Perímetro Irrigado de Maniçoba, zona rural desse município, onde decidi limitar a pesquisa para este trabalho. Em vários momentos de minha vida, presenciei mulheres da minha família, e de convívio comum, ocuparem esses espaços para garantir seu sustento e de sua família, sendo muitas vezes a única fonte de renda de uma família. Os relatos que encontrei, enquanto pesquisadora, já ouvi durante anos de convívio com muitas delas. Não fosse o bastante, fui uma delas.

Durante um curto período de minha história, quando fiz parte da classe trabalhadora rural assalariada, durante uma formação agrícola ofertada pelo Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR), por um ano, desempenhei funções no campo, nas plantações de manga e uva, numa empresa de fruticultura irrigada localizada no Distrito de Maniçoba-BA. Tal experiência não me garantiu compreensão de todas as nuances desse universo, mas o suficiente para me fazer retornar a esse lugar, agora como uma ouvinte e transmissora das histórias das atuais mulheres que habitam esse cenário

Penso ainda que, para além do material acadêmico, a pesquisa se justifica como uma produção jornalística, que se baseia também numa demanda social local. O livro-reportagem "Quinto Dia Útil", fruto dessa investigação, ganha mais possibilidade de ocupar lugares além da Universidade, como as estantes das milhares de mulheres trabalhadoras rurais, que, ao lerem, podem se reconhecer nas histórias aqui traçadas. Esse gênero do Jornalismo possibilita o aprofundamento e a sensibilidade necessária para apresentar um conteúdo detalhado sobre um acontecimento. O livro-reportagem é um instrumento de comunicação que permite ao jornalista ir além do imediatismo e

---

<sup>1</sup> Colono é um grupo de homens e mulheres, que possuem base econômica na agricultura familiar. Esses grupos estão alocados em perímetros irrigados e recebem subsídio do Governo Federal para impulsionar a atividade agrícola.

trazer para o público temas que não são abordados com profundidade nos meios de comunicação tradicionais, visto que alinha a investigação e apuração dos fatos, características basilares do fazer jornalístico, com uma linguagem mais literária, que dá margem a uma escrita mais suave.

Por fim, defendo a relevância deste TCC não pelo ineditismo, mas pela necessidade de criar-se mais espaços que possibilitem debates sobre pautas como dignidade salarial, igualdade de gênero, divisão racial do trabalho e tantos outros recortes que atravessam a vida dessas mulheres. São pautas que permeiam as estruturas sociais, marcadas por contexto de lutas, negações e invisibilidade, o que as torna de interesse público. Nesses momentos é que o compromisso jornalístico fica mais evidente, fazendo jus aos ensinamentos obtidos ao longo de seis anos de curso. Elucido aqui a função social do Jornalismo, enquanto prestador de serviço à sociedade.

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme a literatura de Mary Del Priori (2004) e Michelle Perrot (2006), os papéis que são direcionados a homens e mulheres na sociedade foram – ainda são – moldados a partir das construções sociais, culturais e históricas, que influenciam suas experiências ao longo do tempo, corroborando com a perpetuação de violências como as desigualdades de gênero. Essas constituições incidem para além da condição biológica de cada indivíduo e determina a função de cada um em sociedade.

Ribeiro (2017), a partir da análise de Simone de Beauvoir, destaca que gênero é uma construção social, que define o ser mulher sob a ótica masculina estrutural, eximindo a possibilidade de uma definição a partir de suas próprias experiências. Essa constituição seria responsável pela dominação masculina e, conseqüente, submissão feminina na sociedade. Essa autora ainda destaca que ao se estudar gênero, deve-se levar em consideração a “variável teórica” com que se categoriza esse conceito, visto pela ótica do feminismo negro como inseparável dos outros eixos de opressão, como raça e classe, que corrobora para um diagnóstico social mais amplo, visando entender as diferentes formas de opressão e visibilizando as vozes de mulheres que frequentemente são marginalizadas (Ribeiro, 2017).

A respeito das formas de opressão, Perrot (2006) aborda a divisão sexual entre homens e mulheres e suas discrepâncias sociais, percebida desde o nascimento de cada indivíduo, quando é atribuído insucesso, por exemplo, ao descobrirem que o membro mais novo da família é uma mulher.

Comecemos pelo começo, o nascimento: a menina é menos desejada. Anunciar: "É um menino" é mais glorioso do que dizer: "É uma menina", em razão do valor diferente atribuído aos sexos, o que Françoise Héritier chama de "valência diferencial dos sexos". Nos campos de antigamente, os sinos soavam por menos tempo para o batismo de uma menina, como também soavam menos para o enterro de uma mulher. O mundo sonoro é sexuado (Perrot, 2006, p 42).

Fatos como esse, que atribuem fracasso à vida de mulheres desde o seu nascimento, denunciam uma sociedade que, baseada em noções patriarcais, elaboram mecanismos de repressão ao corpo feminino, que, historicamente, vem sendo tratado como objeto, passíveis de controle e submissão por parte das estruturas dominantes,

através da invisibilidade e silenciamento das vozes femininas. Sobre isso Hooks (2018) nos mostra, em sua obra, como o patriarcalismo, o racismo e as estruturas de poder – capitalismo – são capazes de minar as possibilidades de ascensão da população feminina, negra e periférica, a partir do movimento do silenciamento, que inúmeras vezes suprime as vozes, experiências e conhecimentos das mulheres, em detrimento do saber colonial do homem.

Sob a perspectiva de Ribeiro (2017), o patriarcalismo surge como uma dessas estruturas dominantes que se entrelaça ao racismo e ao capitalismo, como forma de potencializar e manter as desigualdades sociais existentes. Essa combinação de opressões, geradas pela estrutura patriarcal, desarticula as vozes de diversos grupos minoritários – mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays – em detrimento da legitimação do discurso difundido pelo homem branco cisgênero.

Quando combinada ao racismo, as lacunas sociais são ainda mais severas, visto que, para além dos homens negros, que também são atingidos por esse sistema opressivo, as mulheres negras, nessa hierarquia de opressões, são afetadas desproporcionalmente. Ribeiro (2017) enfatiza que as mulheres negras, a partir dessa intersecção, enfrentam múltiplas formas de discriminação, limitando compulsivamente as oportunidades de ascensão em sociedade.

a mulher negra em seu comparativo colocando que, nesse esquema, a mulher negra só pode ser o Outro e nunca si mesma. Para ela, existe um status oscilante que ora pode permitir que a mulher branca se coloque como sujeito, assim como o homem negro, entretanto a autora rejeita a fixidez desse status (Ribeiro, 2017, p.23)

Tal reflexão nos levar a discutir sobre o sistema de apagamento das vozes femininas que Perrot (2004) denuncia em sua obra, que conforme a autora, evidencia um movimento estrutural cujo objetivo é sobrepor as narrativas hegemônicas. A autora destaca que a “invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (Perrot, 2006, p.17) e o resultado de desse movimento é a total marginalização das vozes dessas mulheres, especialmente as mulheres negras e pertencentes a grupos marginalizados como as mulheres rurais assalariadas.

Nesse caso, o silenciamento reforça uma série de violências cometidas contra essas mulheres, como o esvaziamento da importância do seu trabalho, perpetuando a ideia de que suas contribuições são menos importantes em relação aos homens. Suas lutas, em relação as reivindicações por melhorias laborais, como segurança no trabalho, melhores condições nesses ambientes também são suprimidas. Por fim, o silenciamento, de modo geral, contribui para marginalização dessas categorias, dificultando também a representatividade delas nos setores de destaque social e trabalhista.

Em relação as determinações das atividades direcionadas ao público feminino, que são voltados ao ato do cuidado, ilustradas inicialmente nas atividades domésticas, Meyer, Klein, Dal'igna e Alvarenga (2014) identificam a “Generificação” do trabalho feminino. No seu estudo, as autores realizam uma pesquisa com gestores/as e técnicos/as vinculados às secretarias municipais de Porto Alegre/RS para discutir sobre a implementação e efetividade de políticas públicas através de programas de inclusão social. É identificado um padrão de comportamento que direciona às mulheres (técnicas, gestoras e mães) a atividades que têm cerne no cuidado, na proteção, ilustrado com o exemplo dos programas sociais, que, originalmente, são elaborados pelo governo, mas que por diversos fatores, que vão de falta de estrutura à falta de profissionais, acabam não cumprindo o objetivo em sua totalidade.

Embasada nessa realidade, esses autores apresentam o termo “Generificação”, que explica que as posições ocupadas por mulheres no mercado de trabalho são para o desenvolvimento de determinadas funções e tipos de trabalho, não porque foram bem formadas para elas pelo sistema educacional, “mas porque são bem formadas pelo conjunto do trabalho reprodutivo” para o qual são educadas. (Meyer, Klein, Dal'Igna e Alvarenga, 2014, p. 887). Apesar dessa terminologia recente, Del Priori (2004) levanta abordagens, refletindo que a discussão acerca da divisão dos papéis de gênero vem de longa data, quando aborda que desde que o período colonial, no Brasil, é esperado das mulheres um comportamento social definido na submissão, restringidas à esfera doméstica e às atividades artesanais. Comportamentos baseados nas expectativas culturais, sociais e religiosos da época, a fim de reprimir, por exemplo, a sexualidade feminina.

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina

que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiais (Del Priori, 2004, p 37).

Paralelamente, os grupos de mulheres socialmente marginalizadas – mulheres negras e indígenas – exerciam atividades no comércio, onde atuavam como ambulante, vendendo alimentos e outros produtos, desempenhando um papel importante no abastecimento das cidades e vilas, ou na prostituição, muitas vezes como estratégia de sobrevivência entre as mulheres pobres e escravizadas (Del Priori, 2004). Esse modelo, carregado de complexidade, em que foi forjado as relações sociais e de gênero, infere que os diversos tipos de mulheres – brancas, negras, indígenas, pobres etc. – são arrastadas, cada uma dentro do grupo identitário, à precarização e submissão patriarcal, que desumanizam e esvaziam suas vidas.

É importante notar também que esses papéis sociais são influenciados pela etnia, classe social e região geográfica, o que infere diferenciação entre as mulheres brancas, negras, indígenas e mestiças, bem como entre as mulheres que vivem no campo e nas cidades. As discussões acerca dessa temática originam a reflexão de que, mesmo após anos, dos períodos apresentados por essas autoras, as mudanças em relação essa divisão sexual, de classe e raça alcança o Brasil atual. O modelo de homem segue sendo idealizado pela sociedade no mesmo padrão há anos, como provedor, de natureza forte e que transmita comportamentos masculinos baseados no patriarcado, assim como o modelo de mulher, que segue sendo idealizado sob as linhas da submissão.

Cunhado pioneiramente por Kimberlé Crenshaw (1989), a interseccionalidade surge como um conceito dentro do pensamento do feminismo negro (Akotirene, 2018) que objetiva analisar o cruzamento de opressões que se incidem sobre as mulheres não brancas. Como crítica ao feminismo hegemônico, a interseccionalidade também é uma resposta à necessidade de compreensão das experiências vividas entre as mulheres negras, que, historicamente, são apagadas em detrimento das vivências de mulheres brancas.

A prática da interseccionalidade permite que fatores vistos como isolados, ou por vezes tratados como oriundo de uma única subordinação, passem a ser vistos pelo que realmente são: um cruzamento de opressões que, embora sejam distintas, não devem ser analisadas de forma isoladas (Figueiredo e Martins, 2020, p.388).

Assim, a interseccionalidade preconiza a análise dos efeitos que a sobreposição de opressões causa na vida dessas mulheres, sem isolar nenhuma das intersecções. Ou seja, em vez de analisar as categorias de raça, gênero, classe, sexualidade e outras como fatores isolados, a interseccionalidade reconhece que elas se combinam e se influenciam mutuamente, sendo fundamental para entender, por exemplo, as experiências de mulheres não brancas, que são assoladas não somente pela opressão de raça, como a de classe e de gênero (Akotirene, 2018).

Apesar de algumas críticas acerca do conceito e de sua funcionalidade enquanto ferramenta teórica e metodológica, a interseccionalidade possibilita aprofundamento ao olhar para os cruzamentos sociais existentes, a fim de compreender a experiência de grupos específicos como as trabalhadoras rurais assalariadas, por exemplo, sempre visando reflexões de estratégias mais eficazes no combate à desigualdade. Essa ferramenta conceitual norteou a visão desta pesquisa, que tem as trabalhadoras rurais assalariadas de Maniçoba – que trabalham e/ou residam no perímetro irrigado – como principais participantes. O principal objetivo foi não só perceber quais intersecções se cruzam em cada uma delas, como também refletir sobre como a interseccionalidade pode se apresentar como um instrumento para incluir múltiplas vozes e experiências no movimento feminista, questionando a ideia de uma experiência universal das mulheres, como defende o feminismo negro.

Outra discussão que atravessa esta pesquisa é a questão da precarização do trabalho rural assalariado, já mencionado anteriormente. O fato é que quando se fala especificamente sobre a categoria das assalariadas, a grande problemática é a condição precária em que se sustentam as práticas trabalhistas, por vezes ligadas à informalidade - ou ilegalidade- dessas trabalhadoras (Dieese, 2013). Essa não formalização é referente a não assinatura da carteira de trabalho dessas mulheres, que implica no aviltamento dos direitos básicos como FGTS, seguro-desemprego por demissão sem justa causa; questões relacionadas à saúde da mulher como licença maternidade, auxílio-doença, no caso de problemas causados pela prática do trabalho, bem como impede que a categoria esteja ligada a grupos sindicais que asseguram melhorias.

Uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2013) aponta que essa precarização, impulsionada pela informalidade, decorre da cultura da terceirização da mão de obra rural.

A terceirização da mão de obra é um fenômeno antigo no meio rural e a figura do “gato”, agenciador de mão de obra, é a faceta mais conhecida. Historicamente presente no campo, a terceirização da mão de obra é símbolo de trabalho precário e geralmente associado à informalidade, à subcontratação, ao trabalho escravo e a outros problemas relativos ao mundo do trabalho rural. Essa forma de exploração do trabalho consiste sempre na violação direta ao sistema de proteção social do trabalhador (Dieese, 2013, p.25).

A luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil ganha força a partir da década de 1980, quando as mobilizações coletivas, voltadas para o reconhecimento dessas mulheres enquanto trabalhadoras começam a estimular discussões que passaram a movimentar grandes marchas em prol do reconhecimento de seus direitos. Os anos de 1985 e 1986 são marcados pelos encontros coletivos de mulheres trabalhadoras rurais. Somente no primeiro ano citado ocorreram 12 encontros da categoria, em diversas regiões do país e, em 1986, acontece o primeiro “Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais”, sediado em Brasília. Esses encontros tinham como pauta as discussões sobre direitos trabalhistas, a violência e assédio contra as mulheres, bem como a mortalidade materna (Sales, 2014).

Na segunda metade da década de 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos, quando, a partir da “sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política” (Sales, 2014, p.438) a fala dessas mulheres começa a ser ouvida. Diferente do que ocorreu no espaço urbano, a maioria das mulheres rurais não começou suas mobilizações em sindicatos, mas, em pequenos grupos, de matriz religiosa, ligadas às pastorais, como também em grupos de matriz laica. No âmbito religioso, havia uma forte influência da doutrina da Teologia da Libertação<sup>2</sup> (Giulani, 2006 *apud* De Paula, 2019, p.106).

---

<sup>2</sup> Noronha (2012) aponta que a Teologia da Libertação é um conjunto de manuscritos que preza a justiça social, através do preceito cristão não institucional. Por possuir uma linguagem acessível, se popularizou entre os fiéis pelo seu cariz social. Dentre as proposições realizadas pela corrente, há críticas ao sistema capitalista e demais estruturas hegemônicas de poder, como agroindústria.

Esse e outros movimentos da época incentivaram discussões sobre a condição da mulher, tanto na cidade como no campo. Assim, outras pautas foram sendo englobadas, bem como a adesão de instituições aos movimentos, como a Igreja Católica com a Campanha da Fraternidade de 1990, sob o tema “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele” (Sales, 2014)

A autora compreende ainda que nos espaços rurais as influências e ideais feministas se deu a partir das correntes progressistas da igreja católica. Esse era um espaço que as mulheres podiam frequentar livremente, diferente dos sindicatos e associações rurais. Assim, a igreja se tornou um local de incentivo a união feminina e debates sobre conscientização da opressão de gênero e direitos das mulheres rurais do país. Os grupos de mulheres ligados à Pastoral da Terra, vale ressaltar, não reivindicaram apenas questões ligadas à esfera feminina e do lar, também foram uma forte base para movimentos de luta contra a ampliação do latifúndio no país (Sales, 2014).

Outro exemplo de movimentação histórica das trabalhadoras rurais é a “Marcha das Margaridas”, ocorrida pela primeira vez nos anos 2000. Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), essa marcha é uma ação que reúne mulheres do campo e da floresta, inserida na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), visando promover discussões sobre as condições de vida dessas mulheres, pautada no cotidiano da vida campesina. Um movimento que tem importante destaque e é lido como fonte de grandes conquistas para categoria, como titulação da terra em nome do homem e da mulher e Projeto de Saúde Reprodutiva da Mulher. Essa ação leva esse nome em homenagem à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, que foi brutalmente assassinada em 1983, defendendo trabalhadoras/es do campo (Sinpro Cidadão, 2011).

Historicamente, a região Nordeste possui participação ativa na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, prova disso é a criação dos grupos organizados. Entre eles, se destacam: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR), grupos

que se constituíram na linha de frente do movimento dos trabalhadores rurais (Sales, 2014).

Outra questão abordada em estudos relativos a mulheres trabalhadoras rurais é a invisibilidade por qual passam no reconhecimento de suas identidades e na valorização de seus trabalhos cotidianos; mesmo que estas sejam responsáveis por grande parte da geração de renda familiar, onde muitas encabeçam a gerência de suas famílias (Moraes e Silva, 2018). As mulheres trabalhadoras rurais estão diretamente inseridas no mercado de trabalho local, lidas como força ativa feminina na produção de bens e serviços. Não há como falar sobre mulheres trabalhadoras rurais sem explorar as relações de trabalho existentes na sociedade capitalista (desenvolvida ou em desenvolvimento) em que estão alocadas.

O histórico da participação das mulheres, como força de trabalho formal, é marcado pela exploração e subvalorização do grupo, em prol do enriquecimento de seus empregadores. Os exemplos corriqueiramente apontados pelos autores estão inseridos no contexto das revoluções industriais, em especial a francesa, que provocou transformações nas estruturas do trabalho, antes relegado ao homem, cuja força física é imposta como argumento de superioridade da categoria. A partir dessas transformações, as indústrias passam a absorver a participação laboral feminina, com a prerrogativa da necessidade do trabalho exclusivamente manual, efetuados nas indústrias têxteis, por exemplo. No entanto, tal recepção não pode ser interpretada como abertura total e igualitária ao grupo feminino, visto que se dá em favor a um enriquecimento e preservação de um modelo de exploração, a base de mão de obra barata, e conservação do sistema dominante vigente (Saffioti, 2013).

Do contexto das revoluções ao cenário das grandes guerras (1º Guerra Mundial é a que tomaremos de exemplo), a mão de obra feminina passa ser absorvida de forma massiva, em sua maioria pelas indústrias têxteis e bélicas, tendo como justificativa para este fenômeno a saída dos homens para os conflitos armados. Saffioti (2013) afirma que essa larga absorção vem aliada a um discurso de que a ascensão do capitalismo torna a condição do trabalho feminino igualitária a dos homens, empregada durante certas épocas da constituição da sociedade de classes.

Um fato que não pode passar despercebido é que, apesar do foco do estudo se centrar na condição feminina, evidencia-se que os homens, que também disponibilizam

sua força de trabalho, tem sua produtividade utilizada sob o mesmo objetivo mercadológico. A questão é que, na hierarquia social existente, são as mulheres, ainda mais as das classes marginalizadas, quem têm sua participação precarizada e associada mais a uma função doméstica ou de auxílio a estrutura familiar, do que a formação da sua identidade como cidadã (Saffioti, 2013).

No Brasil, a trajetória do trabalho feminino tem suas raízes no campo. Entre os séculos XV e XVIII 80% a 90% da população viva da atividade agrícola (Del Priori, 1952). Baseadas em um montante de conhecimentos empíricos, mulheres, que das lavouras dependiam, tinham nos suportes da natureza a enciclopédia necessária para o manejo o qual fosse responsável. O papel da mulher nesse momento era estritamente condicionado a atividades de cariz doméstico, lido como cuidado fundamental. Era dever da mulher do período colonial, por exemplo, zelar pelo bom funcionamento da casa, bem como possuir um vasto conhecimento a respeito do que a natureza poderia ofertar para sua sobrevivência e a da unidade familiar (Del Priori, 1952). Grosso modo, são as mulheres as pioneiras no desenvolvimento das atividades voltadas para agricultura familiar.

É importante destacar que falar sobre mulheres, enquadrado no contexto das trabalhadoras rurais, é pensar, primeiramente, na falta de acesso à educação que possui a categoria e como um acesso escasso abre um leque de discussões em cima das desigualdades possibilitadas por essa questão. Em um estudo realizado entre os anos de 1990 e 2000, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP – (2004), aponta que as taxas de escolarização entre as zonas rural e urbana mostraram uma melhoria generalizada, sobretudo entre mulheres e homens da zona rural, evidenciando que ano após ano as mulheres rurais estão superando questões como analfabetismo. Porém, se comparado a realidade urbana, ainda que pouca a diferença, lacunas são formadas, ainda mais no sentido que só acesso à educação formal não garante melhorias se não for contextualizada, como na questão da capacitação dessas mulheres, por exemplo (Teixeira, 1994).

Esse cenário elucida as desigualdades existentes, que também estão relacionadas à qualidade de vida das mulheres da área rural. Nesse aspecto, estão elencadas questões como acesso a recursos básicos de infraestrutura, como água potável, saneamento básico, coleta regular de lixo. Pensando na disparidade que há entre zona rural e urbana - tendo que considerar que estamos falando do Nordeste e que até as questões

envolvendo a área urbana, comparada a outras regiões do país, evidenciam taxas de desenvolvimento decrescentes - as desigualdades são reforçadas, uma vez que a falta desses recursos afeta diretamente as mulheres pois seus domicílios são espaços importantes na construção de um bem-estar pessoal e social (Teixeira,1994).

De forma geral, a questão da desigualdade de gênero envolvendo as mulheres que residem e trabalham na zona rural atravessam todos os âmbitos de vida dessas pessoas. Seja como dona de casa, tendo pouca infraestrutura em seus lares, como no trabalho assalariado que, geralmente, é realizado informalmente, resultando numa precarização do trabalho e negação dos direitos.

## 5. PERCURSO METODOLÓGICO

Minayo (2002) explica que a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 21-22).

Considerada por Minayo (2002) como um “labor artesanal”, a pesquisa qualitativa exige mais do que a criatividade do pesquisador. Embasada em “proposições, métodos e técnicas”, que essa autora denomina como “ciclo da pesquisa”, o labor qualitativo é iniciado com a “fase exploratória”, que consiste na problematização do objeto de pesquisa, o levantamento das teorias acerca da temática, a metodologia adequada e “as questões operacionais para levar a cabo o trabalho para campo” (Minayo, 2002, p.26).

Por se tratar de uma pesquisa social, com enfoque em mulheres, fez-se necessário a escolha de uma metodologia que adotasse uma postura crítica, com bases feministas, o que nos levou a conceitos como “a ética do cuidado”, uma das características que compõe a metodologia em pesquisas feministas, delineadas por Somekh e Lewin (2015). Essas autoras destacam a importância da atuação da pesquisadora, bem como o papel fundamental de compartilhar e valorizar as experiências das participantes, com o objetivo de inspirar outras mulheres. Na busca pela desconstrução dos estereótipos e hierarquias frequentemente presentes na pesquisa acadêmica, essa característica reafirma o compromisso com a construção de um conhecimento responsável e acessível e estimula a relação “igualitária e respeitosa” entre pesquisadora e participantes.

Para além da ética do cuidado, há mais três características basilares que incorporam pesquisas de cunho feminista, que também foram utilizadas na construção deste trabalho. Entre elas: a pesquisa feminista como indagação crítica, que tem como objetivo de contestar, de forma crítica, as definições já impostas sobre essas mulheres, como, por exemplo, as relações de poder existentes nas estruturas que permeiam a produção de frutas em Juazeiro. Somekh e Lewin (2015), afirma que a problematização, suscitada pela indagação crítica, oportuniza a escuta das vozes, que é mais uma das características em pesquisa feminista. Esse método se fundamenta nas experiências das mulheres para construção de um diagnóstico social mais amplo e é a partir da escuta

dessas vozes, que questões como o silenciamento de grupos minoritários e as estruturas sob as quais são forjadas essa e outras formas de opressão, são identificadas e denunciadas.

Por fim, a reflexividade, ainda sob a ótica de Somekh e Lewin (2015), também entra como característica basilar em pesquisa com foco feminista. A reflexividade busca manter o foco sob a temática abordada e as vozes de seus participantes, construindo-se inerente à pesquisa, preconizando, como dito a não hierarquização da relação entre seus participantes.

À luz desses princípios, em seguida, foi escolhido como *locus* principal da pesquisa o Perímetro Irrigado de Maniçoba, situado a 32 quilômetros da sede urbana do município de Juazeiro, norte baiano, onde residem duas, das três personagens do livro-reportagem. Também fez parte, como locação, um bairro da zona urbana do município, que não teve seu nome identificado, mas que por fazer parte da história de uma das personagens, teve seus aspectos – estrutura e fatores sociais – observados para construção deste TCC.

O processo de contatar duas participantes do TCC se deu por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro (STRJ), por intermédio de uma representante, que também foi entrevistada para o processo. Conhecê-las previamente, e por mediação do sindicato, proporcionou já nos primeiros encontros uma maior aproximação entre pesquisadora e participantes. A terceira personagem, por sua vez, foi escolhida através da aproximação e indicação com uma das que já havia sido contada.

Para este trabalho também foram entrevistados dois representantes do STRJ, uma representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR) e mais três trabalhadores rurais assalariados – duas mulheres e um homem – na intenção de proporcionar uma compreensão previa das demandas e realidades que atualmente cercam o universo dos trabalhadores e assalariadas rurais na região. Nas entrevistas, realizadas tanto presencialmente, quanto de forma remota, optou-se pela não exposição das identidades de nenhuma das pessoas entrevistadas.

Em relação a execução das entrevistas, houve a necessidade também definir a técnica a ser utilizada com as fontes, que, para esta pesquisa, foi o modelo de entrevista semiaberta, com questões semiestruturadas, com abordagem em profundidade. Conforme Duarte (2005), esse tipo de entrevista, geralmente executada individualmente,

possui um roteiro com “questões-guias” que dão direcionamento a pesquisa, a partir de questionamentos básicos, elaboradas pelo entrevistador, com base nas teorias que fundamentam o trabalho.

As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semiaberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora o máximo cada resposta até esgotar a questão (Duarte, 2005, p.66).

Mediante a isso, foram elaborados dois roteiros para entrevistas com as trabalhadoras rurais assalariadas e demais participantes da pesquisa, seguindo as orientações abordadas pela técnica escolhida, prezando questões básicas como “nome, idade, endereço, telefone”, questões sociais, sobre “sexualidade, estado civil, se eram contempladas por algum programa do governo ou não”, a fim de ter um conhecimento prévio sobre cada uma delas. Para entrevista com as três personagens principais do livro-reportagem foram adicionadas também questões acerca do universo laboral, na busca de saber quais eram as funções desempenhadas por elas e explorar possíveis discussões a partir das experiências de cada uma.

Para a entrevista semiestruturada, realizada com os representantes do STRJ e a representante da CONTAR, as perguntas realizadas foram direcionadas para descobrir a atuação do Sindicato enquanto representante direto da categoria e a última, a respeito das demandas dos assalariados e a assalariadas no âmbito nacional. Apesar dessa estrutura prévia, nas entrevistas, buscou-se, como aborda Duarte (2005), aprofundar as possibilidades de resposta das perguntas elaboradas. Além disso, durante todas as entrevistas, foi lido para as entrevistadas um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), informando o propósito da pesquisa, seus benefícios e riscos, solicitando sua gravação, confirmado o aceite à pesquisa e garantindo o anonimato das mesmas. Todo esse material foi registrado em áudio.

A primeira entrevista, realizada com uma das trabalhadoras rurais assalariada que trabalha e reside no Perímetro Irrigado de Maniçoba, ocorreu dia 22 de setembro de 2024. O contato com ela foi feito inicialmente através de um aplicativo de mensagens,

sendo uma das indicações da representante do STRJ. Durante essa entrevista, também foi feito o contato com a segunda personagem, por mediação da primeira.

Quarenta e dois dias após a primeira entrevista, no dia três de novembro de 2024, voltei ao Perímetro Irrigado de Maniçoba, para realização da segunda entrevista, com outra trabalhadora. O tempo espaçado entre uma ida e outra se deu em razão de uma greve, ocorrida na Universidade do Estado da Bahia, em que os 26 campi tiveram suas aulas suspensas durante 20 dias. Nesse retorno, exatamente na mesma locação anterior, visto que a duas trabalhadoras, residentes do perímetro, são irmãs, tive a oportunidade de confirmar algumas informações sobre quilometragem, duração, em minutos, do trajeto total, visto que as anotações sobre paisagem, organização espacial, entre outros aspectos, direcionado pela minha orientadora, já haviam sido observados durante minha primeira visita ao distrito.

Entre a primeira e a segunda entrevistas realizadas com as trabalhadoras rurais, foi efetuada uma visita, por intermédio do Sindicato, a uma fazenda de fruticultura irrigada, localizada há poucos quilômetros da sede de Juazeiro. Na ocasião, estive na localidade a fim de conhecer um pouco mais sobre a operacionalização das mulheres da viticultura, que prestavam seus serviços no local. No primeiro momento, na companhia do Presidente Interino do Sindicato, estive na agrovila residencial que comporta cerca de dez famílias de trabalhadores da fazenda. Apresentada ao delegado sindical, que reside na vila habitacional, tive a oportunidade de entrevistá-lo a respeito da organização daquela fazenda.

Em seguida, fui direcionada ao ponto de apoio, onde estavam reunidos os trabalhadores com quem tive um momento para apresentar a proposta da pesquisa e assim poder acompanhar alguns grupos de mulheres durante o desenvolvimento de suas atividades no campo, o que permitiu conversar diretamente com outras trabalhadoras rurais a despeito dos serviços que ali realizavam e de como funcionava a organização operacional de suas atividades. Devido ao fato ter sido o primeiro contato com elas, houve certa resistência, mediante minha presença lá, no entanto, ainda que não fizessem parte do grupo focal da pesquisa, estar mais perto de cada uma delas possibilitou uma prévia compreensão de temática que cercam os trabalhadores rurais assalariados e assalariadas, como a luta por dignidade salarial e a expressiva presença de trabalhadoras rurais urbanizada, desempenhando atividades na área rural (Xavier, 2013).

Durante a realização da pesquisa, pude participar ainda de um encontro coletivo de formação de gênero e raça, elaborada pelo STRJ. O momento contou com a presença de 26 delegadas sindicais de empresas lotadas nos municípios de Juazeiro, Sento Sé, Curaçá e Casa Nova, que teve como objetivo orientar essas delegadas sindicais<sup>3</sup> em questões de gênero, racismo, saúde e legislação no ambiente de trabalho, bem como nas outras instancias de suas vidas. Minha intenção de estar nesse espaço era para exercitar a saída da bolha. Estar literalmente em contato com essas mulheres e me permitir perceber sobre as discussões envoltas no universo levantada por elas mesmas.

Esse momento da formação de gênero foi crucial para fazer o primeiro contato presencial com a terceira e última trabalhadora rural assalariada que faz parte do livro-reportagem, que, nesse caso, trabalha no Perímetro Irrigado de Maniçoba, mas reside na sede do município, sendo denominada assim como Trabalhadora Assalariada Rural Urbanizada (Xavier, 2013). Além disso, pude perceber como as delegadas presentes compreendiam questões diretamente relacionadas a interseccionalidade e sua incidência na realidade dessas mulheres.

O encontro com a última entrevistada para produção do livro-reportagem ocorreu no dia primeiro de dezembro de 2024. Como dito, a terceira trabalhadora reside em um bairro na sede Juazeiro. O contato, feito na formação, resultou numa entrevista fluida, me permitido conduzir melhor o ritmo da entrevista. Ao todo, foram feitas duas visitas às residências de cada uma das trabalhadoras, sendo as primeiras com a entrevista semiaberta, com questões semiestruturadas, com abordagem em profundidade, e a segunda, para explorar questões que, a partir da escrita do material colhido, haviam ficado em aberto.

Durante as idas ao bairro foram registradas também informações sobre o espaço, tomadas em anotações, levando em consideração infraestrutura, paisagem e demais características que a construção de um livro-reportagem exigem. Os dados a respeito da constituição histórica do local foram colhidos com um assistente social do bairro.

Por fim, destaco também outra base fundamental para construção deste trabalho: a pesquisa bibliográfica. Martins (2017) afirma que essa etapa consiste em realizar

---

<sup>3</sup> Conforme explicação dos representantes do SRTJ e das próprias delegadas, participantes da pesquisa, um delegado sindical é a personificação do Sindicato dentro da empresa. Seu papel é mediar as demandas dos trabalhadores entre sindicato e administração da empresa.

consulta de materiais já elaborados, disponíveis em forma física e/ou online. Com essa técnica foi possível ter dimensão do processo histórico que envolve a temática central que está em discussão neste TCC. As fontes revisadas para este trabalho foram trabalhos acadêmicos, incluindo dissertações de mestrado, memoriais, artigos e livros. Esses foram cedidos pelo acervo do PPGESA, emprestados por minha orientadora ou encontrados disponíveis online.

## 6. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

A ideia de escrever um livro-reportagem surgiu da minha vontade de entregar um produto como projeto final da graduação em Jornalismo em Múltiplos Meios, o que tornaria a possibilidade de levar este trabalho, para além das estantes acadêmicas, para muitos outros leitores, que assim como eu, se fascinam pela construção da escrita, cuja técnica transfere ao escritor habilidade de recriar momentos, despertar emoções e provocar reflexões.

Devo confessar que o primeiro contato com o gênero se deu ainda no início da graduação, durante o segundo período do curso, através do contato com o livro “Rota 66” escrito pelo jornalista Caco Barcelos (2003). A sensação de fascínio ainda me vem à cabeça, ao lembrar do estilo de escrita desse autor que escreve a respeito da violência policial, ocorrida no Brasil, entre os anos de 1970 e 1980. A obra, além de evidenciar a extensa pesquisa que ele fez a partir de documentos da época, revela a sensibilidade extrema com que Barcelos teve ao descrever os relatos, os crimes, ocorridos a época, tão fidedigno e rico em detalhes que transporta o leitor para dentro do universo literário.

O livro-reportagem é um gênero que une jornalismo e literatura. Edvaldo Pereira Lima (2004) afirma que “encontramos no livro-reportagem uma extensão do tempo presente superior àquele que percebemos nos periódicos” (Lima, 2004, p.31), no sentido que a amplitude proporcionada pelo gênero, vai além do que se costuma ser percebido no jornalismo diário. Esse autor ainda levanta fortes críticas ao jornalismo cotidiano, evidenciando a pouca habilidade em contemplar temáticas com profundidade, que façam refletir sobre o assunto abordado, o que

(...) acaba ocupando, preenchendo o vazio deixado pelas publicações periódicas. Trata-se da questão da superficialidade e do extremo oportunismo com que se apresenta o trabalho da imprensa cotidiana. Atrelada ao fato em ocorrência, a imprensa luta contra o relógio, briga com a concorrência, desse modo praticando em muitas ocasiões o exercício da informação pública imprecisa, incompleta (Lima, 2004, p.32).

O livro-reportagem, portanto, visa romper os limites impostos pela lógica do jornalismo diário e, enquanto instrumento, possibilita um envolvimento maior com a história, ao detalhar cuidadosamente uma situação, fazendo a interrelação do tema central com os acontecimentos, oriundos dos relatos de seus personagens (Patrocínio e

Matiazzi, 2021). Além dessa quebra de horizonte, o livro-reportagem possibilita ao escritor inspiração e utilização da linguagem literária, dialogando com outros gêneros do jornalismo, que resulta em uma manifestação artística pelo encontro da escrita sensível e profunda, como forma de expressão (, 2021).

Com base em Pena, Patrocínio e Matiazzi (2011) apontam que o jornalismo literário apresenta um conceito muito mais amplo, que vai além da fuga dos padrões da redação.

Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (Pena apud Patrocínio e Matiazzi, 2011, p.13).

Ainda conforme ambas as autoras, o livro-reportagem une as técnicas do jornalismo – apuração, observação, objetividade e ética – com acréscimo de novas estratégias, dentre elas fuga as corriqueiras perguntas do lead – o que, quando, onde, como e porque – e a ampliação do escopo de suas fontes, evitando os representantes repetitivos as quais recorrem a imprensa diária. Compreende-se assim, que o livro-reportagem é uma alternativa eficaz na aplicação do Jornalismo literário.

Caracterizado por Lima (2004), o livro-reportagem possui diversos tipos e atinge objetivos diferentes na construção literária podendo ser livro-reportagem-depoimento; livro-reportagem-retrato; livro-reportagem perfil; livro-reportagem-ambiente; livro-reportagem-história; livro-reportagem-denúncia e outros. Dentre esses, foi utilizado como produto final deste TCC um formato híbrido de livro-reportagem, com destaque para o retrato e o perfil. Ainda de acordo com Lima (2004), o livro-reportagem perfil procura evidenciar o lado humano de uma personalidade, pública ou anônima, que por algum motivo torna-se de interesse público. Esse tipo de livro possui uma modalidade variante que é o livro-reportagem biografia.

O livro-reportagem retrato, por sua vez, exerce um papel semelhante ao do livro perfil, no entanto, não se centraliza na figura humana e “Mas sim uma região geográfica, um setor da sociedade, um segmento da atividade econômica, procurando traçar o retrato do objeto em questão.” (Lima, 2004, p. 53). Esse tipo de livro tem o objetivo de elucidar

mecanismos de funcionamento, problemas e complexidade, sendo marcado pelo interesse de prestar serviço educativo e explicativo à sociedade.

A construção do livro-reportagem “Quinto dia útil” se concentrou em três etapas: escolha da pauta (tema central) apuração e captação dos dados e escrita do material (LIMA, 2004). A primeira etapa ocorreu ainda na disciplina de Seminários Avançados, cursada no semestre de 2023.2, sob a responsabilidade da professora Dalila Santos. Lima (2011) destaca que nessa fase, para além da escolha da temática, deve-se traçar o tipo de narrativa proposta para história, assim como definir a escolha das fontes, demarcar o “tempo que será abordado e o propósito do produto”.

A segunda fase, ocorreu já no semestre atual, junto a finalização da primeira fase. Nesse momento, foi realizado a captação das informações necessárias por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica, já comentadas anteriormente. Em seguida, iniciou-se a terceira fase, com a decupagem dos áudios gravados e a revisão das anotações tomadas durante a primeira fase. A decupagem foi realizada através de software online. Ao todo foram transcritos 11 áudios, com tempo médio de uma hora cada. As anotações foram escritas manualmente e se tratava de informações pontuais sobre os cenários das entrevistas e aspecto da postura de cada entrevistada.

Para escrever o livro reportagem “Quinto dia útil”, busquei inspirações nas tantas obras que existem no cenário literário. Iniciando a produção em agosto de 2024, a partir da primeira orientação da disciplina de TCC, tive acesso a obras como o “Vazio das Águas” escrito por João Martins (2019), um egresso do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, que assim como eu, teve como projeto de finalização do curso, um livro-reportagem. A escrita sensível e poética de Martins (2019), conta a história dos moradores da comunidade do Brejo de Fora, localizada no município de Santo Sé -BA, que tiveram suas vidas afetadas pela construção da Barragem de Sobradinho -BA.

Busquei inspiração também em pessoas mais próximas a mim, minhas amigas Mariana Brasileiro (2024) e Maria Clara da Silva Oliveira, cujo trabalho ainda está em construção. Ambas escolheram o gênero livro-reportagem como projeto de finalização do curso. Brasileiro (2024) aborda um retrato sobre casos de violência obstétrica na maternidade de Juazeiro-BA. Nesse último caso, fui privilegiada de acompanhar o processo de perto em todas as fases, desde a escolha do tema até a defesa em sua banca. Seu método de pesquisa foi sem dúvidas o mais extenso, utilizando o jornalismo de saúde

como basilar em sua pesquisa. Maria Clara da Silva Oliveira está com seu projeto em andamento, mas pude acompanhar também seu processo, na escrita sobre a população carcerária de Juazeiro, com recorte sob os jovens oriundos do bairro Argemiro. Ambos os trabalhos demonstram um processo árduo na coleta de dados de suas respectivas pesquisas.

Destaco também que tive acesso ao livro premiado com Jabuti e o APCA, “Holocausto Brasileiro”, da também jornalista Daniela Arbex (2019), sendo uma das maiores fontes documentais a respeito de um período sombrio vivido no estado mineiro. Arbex (2019), com um trabalho de jornalismo investigativo, trouxe a luz anos de violências cometidas contra a vida e a dignidade dos internos do centro hospitalar psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais. A escrita, os recursos imagéticos e o trabalho investigativo dessa autora foram essenciais não só para a realização de uma denúncia contra crimes à vida, como criou um documento fundamental para memória do país.

A partir de tantas inspirações, surgem as primeiras páginas do livro-reportagem “Quinto dia útil”, que busca, a partir dos relatos de três trabalhadoras rurais assalariadas, recriar situações vividas pelas personagens – digamos que principais – com as temáticas de discussão apontadas por elas durante as entrevistas. Ainda que o recurso da escrita literária possibilite a alteração de ordem dos fatores, uso de arcabouços e ou analogias que originalmente não estão inseridos nos relatos, busquei ser o mais fidedigno possível na construção da narrativa, assim não foram feitas correções nas falas diretas das entrevistadas. Também me esforcei a descrever com o máximo de informações os cenários onde se passam a história.

Destaco aqui que a ordem de escrita dos capítulos se deu inversa da ordem que se configura o livro-reportagem. Os perfis das trabalhadoras rurais foram os primeiros capítulos a serem confeccionados. Tal estratégia possibilitou trazer demandas desses relatos para as outras fontes, os representantes do STRJ e da CONTAR, conseguindo uma dinâmica de conversação entre todos os capítulos.

O título “Quinto dia Útil” surge da relação entre o dia em que é efetuado o pagamento mensal dos assalariados e assalariadas brasileiras, sendo ele realizado todo quinto dia útil do mês. Já o subtítulo surgiu da reflexão, em muitas de nossas orientações, sobre o que o livro retratava. Mediante a esse pensamento nasceu “Relatos (in) visíveis

das Trabalhadoras Assalariadas Rurais de Maniçoba”, fazendo a relação da história de vida de cada personagem com a invisibilidade acerca da categoria das participantes desta pesquisa. A estrutura do livro é organizada em: dedicatória, cinco capítulos e uma crônica de encerramento. A dedicatória foi direcionada às mulheres que fizeram esse trabalho ser possível: Rosa, Palmer e Summer, e também as mulheres que foram suporte na construção desse projeto, sendo minha, Carla Paiva e minhas amigas, a quem sou eternamente grata.

Como dito, as personagens não tiveram seus nomes verdadeiros utilizados no livro, visto que o código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) permite e contempla anonimato às fontes, como forma de preservar a segurança e integridade das mesmas. Pensando nisso, foram elaborados pseudônimos, que se relacionassem com o enredo abordado pela história. Os nomes dispostos às personagens foram: Rosa, Palmer e Summer, proveniente das culturas produzidas na fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco.

Tal escolha não se deu de forma aleatória, visto que mediante a história de cada uma fez-se necessária a análise de escolha de um nome que fizesse também referência ao que infere a personagem. Rosa remete a um tipo de manga tradicionalmente cultivada na região, no entanto com a tecnologia de enxertia e o surgimento de novas espécies, colocam o fruto mais como planta nativa, que propriamente para o comércio. Rosa, portanto, é um tipo de manga mais cultural e histórica, que não faz parte da linha comercial da exportação. Assim como a manga, a personagem Rosa, apesar de ter vivido uma vida como assalariada rural com atividades no campo, hoje vive outras vertentes do trabalho na fazenda.

Outro nome que remete a um tipo de manga, que tem sua produção pensada no mercado de exportação, foi Palmer, por essa personagem, diferente de Rosa, ter sido contratada pela Fazenda justamente durante o período de produção do fruto. Já a escolha por Summer, se deu, entre todos os fatores, por ser um tipo de uva. Ao ler as características das uvas produzidas pela fazenda em que a trabalhadora desempenha sua função, chamou-me atenção as palavras “firmes”, referentes as bagas; e “doce”, em relação ao seu sabor. Ao conhecer Summer, ainda antes de lhe atribuir a este nome, as principais características de sua personalidade observadas foram sua firmeza traduzida em suas ações e sua doçura, enquanto pessoa. O nome já existia, só faltava ser direcionado.

Outra pessoa citada no livro-reportagem é uma representante do STRJ, sob o nome de Vitória, também um tipo de uva muito aclamada no mercado nacional e internacional, cujo sabor incomparável é a maior de suas qualidades. Confesso que até o presente momento buscava por semelhanças mais profundas, que ao ler sobre sua popularidade no mercado percebe-se certa relação, visto que o trabalho desempenhado por Vitória, a coloca frequentemente como porta-voz da categoria.

As ilustrações trazidas no livro, incluindo a capa, foram feitas pela artista e jornalista Laura Bitu (@laurabtu\_ / @bitu.art), minha amiga. Feitas através do Procreate, programa de ilustração da Apple, Laura buscou transformar as referências de frutas, cores e traços que passamos para ela na imagem de mulheres expressivas, mas ao mesmo tempo delicadas. Para a capa, a ilustração feita por Laura mostra uma trabalhadora no exercício da função de colher uvas, remetendo a uma atividade no parreiral, figura inspirada em uma fotografia produzida por mim, durante a visita à Fazenda sob supervisão do Sindicato.

As ilustrações que antecedem os capítulos foram pensadas a partir dos elementos e cores que compõem as frutas escolhidas como representação. Em cada um dos rostos, elas aparecem, fazendo a ligação com o trabalho das personagens. Também buscou-se ilustrar traços negroides, que remetem às suas características físicas. Há, ainda, as ilustrações que antecedem os capítulos das personagens, com a história das trabalhadoras rurais e do Perímetro Irrigado de Maniçoba. A primeira visa passar a mensagem de caminhada, de trajeto a ser percorrido, unindo-a a uma paisagem inspirada em uma fazenda da região; enquanto a segunda, mais simples, é uma placa de localização, atribuindo à chegada ao Distrito. Por último, na crônica de encerramento, a ilustração de um relógio, que remete à frequente citação das horas no corpo do texto.

A história abordada em “Quinto dia Útil” é dividida em cinco capítulos, que segue a linha cronológica dos fatos abordados pelas fontes, unindo a discussões sobre as subtemáticas levantadas por elas. Sendo o primeiro capítulo do livro intitulado “Colheita de Vozes: a luta por direito no campo, onde apresento um recorte histórico de luta das mulheres trabalhadoras rurais assalariadas, como também seu trajeto em relação ao trabalho do ponto de vista das relações de gênero, unindo a entrevista realizada com Vitória, acerca da representação sindical, nacional e regional.

O segundo capítulo, de título “Bem-vindos à terra da manga”, faz menção direta à placa na entrada do Distrito. Nesse capítulo, abordo a história de constituição de Maniçoba, seu contexto cultural, social, político e econômico. Para construção desse capítulo não houve entrevista direta, por isso me apoiei em documentações e trabalhos acadêmicos, sendo um deles realizado por um maniçobense.

O terceiro capítulo, que recebe o nome de Rosa, mergulha profundamente em sua trajetória pessoal e profissional. Ao longo desse capítulo, são abordadas questões essenciais, como a representação sindical, já que Rosa desempenha um papel crucial como delegada sindical na Fazenda, defendendo os direitos dos trabalhadores e atuando como intermediária entre eles e a administração. Além disso, o capítulo explora as complexas relações de raça e gênero presentes no ambiente de trabalho, analisando como Rosa navega por essas dinâmicas em um contexto marcado por desigualdades e preconceitos. O capítulo, portanto, oferece uma visão multifacetada da experiência de Rosa, destacando as intersecções entre sua luta sindical, seu enfrentamento das barreiras sociais e sua atuação no campo laboral.

O quarto capítulo, que recebe o nome de Palmer, dedica-se a contar a trajetória dessa trabalhadora que, em meio a desafios e adversidades, vive experiências marcantes no contexto rural. A história de Palmer aborda uma série de questões profundas e complexas, que são centrais não apenas para sua vida, mas também para a realidade de muitas mulheres no campo. Um dos temas principais do capítulo é o assédio no ambiente de trabalho, uma questão que afeta direta e indiretamente sua vivência. Outro ponto abordado no capítulo é a forte influência da igreja na vida das mulheres do campo, especialmente de Palmer. A religião, muitas vezes vista como um refúgio, também se apresenta como uma instituição que reforça certos papéis tradicionais para as mulheres, limitando sua autonomia e perpetuando normas patriarcais.

Por fim, o capítulo trata das questões de raça e gênero que permeiam a vida de Palmer no campo. Como mulher negra, em um ambiente predominantemente masculino e racialmente marcado, as dificuldades impostas pela interseção de sua identidade de gênero e raça, se revelam de maneira intensa ao longo do texto, abordando como essas relações de poder afetam sua trajetória no campo de trabalho e suas interações com os outros. Um ponto que diferencia Palmer das demais trabalhadoras é sua posição como contratista, o que coloca sua experiência sob uma ótica distinta em relação à precarização do trabalho assalariado rural. Ao contrário das outras trabalhadoras que têm vínculos

formais com os empregadores, Palmer exerce um trabalho mais flexível, mas igualmente precário, onde a insegurança financeira e a falta de garantias trabalhistas são elementos constantes. Essa precarização do trabalho é abordada de forma crítica no capítulo, revelando as condições adversas que os trabalhadores rurais enfrentam, especialmente aqueles que, como Palmer, estão à margem da formalidade e da proteção legal.

O quinto capítulo, intitulado Summer, é dedicado à história de vida dessa mulher, cujas experiências refletem questões sociais e pessoais complexas e relevantes. Ao longo do capítulo, o texto explora aspectos fundamentais da sua jornada, começando pela maternidade solo, uma experiência desafiadora e significativa para Summer. O capítulo não apenas aborda os desafios dessa vivência, mas também discute a importância da rede de apoio que Summer construiu ao longo dos anos, destacando como a solidariedade entre seus próprios filhos demais familiares são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar emocional.

O capítulo destaca ainda como Summer se dedica à defesa dos direitos dos trabalhadores, visto que também é delegada sindical. O texto destaca a importância de seu papel, especialmente em um contexto rural, onde a precarização do trabalho e a falta de reconhecimento dos direitos trabalhistas são questões predominantes. Por fim, o capítulo aborda um aspecto importante, que diferencia Summer das outras trabalhadoras: o fato de ser a única entre as três que trabalha em Maniçoba, uma região rural, mas reside na zona urbana. Essa discrepância entre o espaço de trabalho rural e sua vida na cidade traz à tona as tensões que permeiam sua existência. Enquanto suas colegas estão imersas no cotidiano da fazenda, Summer precisa equilibrar os desafios da vida urbana, como o transporte diário e o custo de vida, com as demandas de um trabalho árduo no campo, uma interseccionalidade pouco evidente.

O livro se encerra numa crônica, que aborda o cotidiano dessa autora. Intitulado como “Terça qualquer”, o texto aborda um dia, entre os 365 vividos, durante o ano de 2017, em que fazia o equilíbrio entre o trabalho no Distrito de Maniçoba e os estudos no centro urbano de Juazeiro. A crônica faz menção diretas às horas, pois tudo era milimetricamente contado e faz uma reflexão profunda sobre o ritmo frenético e as escolhas diárias necessárias para conciliar essas duas dimensões, revelando uma rotina que é tanto exigente quanto transformadora.

O livro "Quinto Dia Útil: relatos (in) visíveis das trabalhadoras rurais assalariadas de Maniçoba", possui 223 páginas. A diagramação foi realizada por Mariana Brandão Brasileiro, minha amiga, utilizando o software Word. O projeto gráfico, de caráter simples, visa valorizar as ilustrações presentes no livro, bem o próprio texto. As tipografias utilizadas no livro seguem o seguinte padrão: tamanho 12 para os textos principais e tamanho 16 para os títulos dos capítulos. Na capa, as tipografias utilizadas são Adumu Regular, em tamanho 179, para o título, e Quicksand, tamanho 56,5 para o subtítulo e nome do autor. No livro, há também escritos realizados pelas entrevistadas, solicitados por mim, que responde uma pergunta norteadora: O que é ser mulher, trabalhadora rural assalariada? No caso de Sumner, adaptei a pergunta para seu contexto urbano. A ideia foi trazer essa percepção pessoal na orelha do livro.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim desta pesquisa marca não só seu encerramento, como a conclusão do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, que durante seis anos – que olhando daqui passaram-se voando – proporcionou-me um amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal gigantes, não só através das experiências vividas em classe, com minha turma, como também nos momentos experimentados fora do espaço da academia, mas que, por seu intermédio, tiveram grande impacto. A produção do livro-reportagem “Quinto dia útil: relatos (in) visíveis das trabalhadoras rurais assalariadas de Maniçoba mostrou ser possível a construção de material acadêmico com arcabouços do jornalismo literário, unido a essência do jornalismo investigativo, a partir das técnicas aprendidas durante a graduação, como a apuração, coleta de dados, produção jornalística, essenciais na construção do projeto.

Ao desenvolver a pesquisa, pude, em muitos momentos, furar a bolha da academia, indo ao encontro dessas mulheres, observando as dores que as afligem, a potencialidade de suas lutas. Percebi que a grande maioria, com quem tive o privilégio de fazer contato, sofre ou já sofreu algum tipo de violência, em casa ou no trabalho, e que as marcas que carregam mediante a essas experiências são travestidas por elas como parte do processo natural da vida.

A dinâmica atual do trabalho rural assalariado conta com avanços para as trabalhadoras, ainda assim com a pesquisa, pode-se perceber, através das histórias de Rosa, Palmer e Summer, como a estrutura social, marcada por desigualdades de gênero, classe e raça, molda suas trajetórias individuais corroborando para perpetuação de violências que as atravessam em seu âmbito laboral e domiciliar. Dentre elas, a persistente divisão sexual do trabalho. As mulheres são frequentemente relegadas a atividades consideradas "femininas", como o trabalho com a uva, que exigem cuidado e detalhamento, enquanto os homens se concentram em atividades consideradas mais "pesadas", como o trabalho com a manga. Essa divisão não só perpetua estereótipos de gênero, mas também resulta em desvalorização do trabalho feminino e sobrecarga para as mulheres, que, muitas vezes, acumulam trabalho doméstico com as atividades no campo.

A precarização do trabalho rural também é um ponto a ser abordado. A partir dos relatos colhidos para esta pesquisa, evidenciou-se que a prática do trabalho rural

assalariado é marcada por baixos salários, longas jornadas, contratos temporários e falta de direitos trabalhistas. As trabalhadoras rurais são frequentemente submetidas a metas exaustivas e expostas a riscos, como o uso de agrotóxicos. A rotatividade nos contratos gera instabilidade econômica e emocional, tornando difícil para essas mulheres planejar o futuro.

Quanto a força de trabalho, ofertado por essas mulheres, observou-se uma frequente exploração da mão de obra feminina. Os relatos revelam como o trabalho das mulheres é explorado, tanto no contexto doméstico quanto no mercado de trabalho, sendo elas, frequentemente, vistas como auxiliares e não como trabalhadoras com direitos, o que as torna mais vulneráveis à exploração e ao abuso. A falta de reconhecimento do seu trabalho contribui para a perpetuação da desigualdade.

Mais um ponto que a pesquisa no leva é a denúncia de violência de gênero e assédio sexual no trabalho, expondo que muitas trabalhadoras rurais enfrentam assédio moral, humilhação, discriminação salarial e comportamentos abusivos por parte de superiores e colegas. O assédio sexual, muitas vezes, é minimizado ou ignorado pela empresa, o que gera insegurança e medo entre as mulheres. Em cima desse relato, evidencia-se também a falta de canais de denúncia eficazes, que perpetua a cultura do silêncio e dificulta o acesso de muitas mulheres a ajuda e proteção.

Pode ser observado ainda, a partir da relação do material acadêmico com os relatos coletados, múltiplas camadas de opressão, demonstrando que as mulheres trabalhadoras rurais enfrentam opressões que se sobrepõem, como gênero, classe e raça. Mulheres negras e pardas, especialmente, são mais vulneráveis à discriminação e violência. As experiências únicas de desigualdade enfrentadas por essas mulheres revelam a complexidade das relações de poder na sociedade e mediante a isso infere a necessidade de um olhar interseccional, essencial para compreender a complexidade de suas experiências e para propor soluções que atendam às suas demandas específicas.

Apesar de configurar num cenário de múltiplos retrocessos, a partir desta pesquisa, notou-se uma atmosfera de resistência e o empoderamento feminino. Ainda que experienciem inúmeros desafios, as trabalhadoras rurais que trabalham e/ou residem em Manicoba não são vítimas passivas. Elas resistem à opressão e buscam o empoderamento por meio da organização coletiva, da luta por seus direitos e da busca por novas oportunidades. As histórias de Rosa e Summer, que se tornaram delegadas sindicais e

buscam aprimorar seus conhecimentos, revelam a força e a resiliência dessas mulheres. A busca por novas atividades, como a costura por Palmer, é uma forma de encontrar autonomia e independência financeira.

Em suma, este TCC fornece uma análise crítica sobre as vidas das trabalhadoras rurais que trabalham e/ou residem em Maniçoba, revelando as desigualdades estruturais que afetam suas trajetórias individuais e a importância da luta coletiva por justiça e igualdade. Os pontos apresentados acima ressaltam a necessidade de políticas públicas e ações que promovam a igualdade de gênero, o combate à discriminação e a melhoria das condições de trabalho e de vida para as mulheres rurais.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo.** Cadernos Pagu, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDm3wb/>>. Acesso em: 24 dez. 2024.

ALVES, L. D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katály**, v. 25, n. 2, p. 212–221, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. In: A Nova Morfologia do Trabalho e Suas Principais Tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. Boitempo, 2013.

AQUINO, Arthur de. **Efeitos da abertura econômica no Brasil dos anos 1990 em duas perspectivas comparadas.** Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, Vol. 1 – n. 2 – 2013.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

ASSÉDIO Moral no Trabalho: Lei 14.457/22. **Jusbrasil**, 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/assedio-moral-no-trabalho-lei-14457-22/1814156354>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BARBOSA, Ianne Samara Bastos Lima. **Cotidiano das Trabalhadoras da Viticultura do Vale do São Francisco: Um Estudo Fotoetnográfico.** Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Edonilce da Rocha Barros. 2017. Dissertação (para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2020.

BARCELOS, Caco. Rota 66: a história da polícia que mata. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BATISTA DE SOUSA, C. K.; CASTRO COELHO ANDRADE, T. **A Importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e seu Papel Transformador no Aprimoramento da Qualidade de Vida das Comunidades Atendidas.** Revista Extensão, v. 8, n. 1, p. 127-135, 16 fev. 2024.

BEDOR, C. N. G. et al. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. **Rev Bras Epidemiol**, v. 12, p. 39–49, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tgDZyzHCJZb6kwHJpfjT4kt/>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BESERRA, Lucimara. Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras do campo no contexto do agronegócio em Mato Grosso. 2022. 173 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

BOTTON, Fernando Bagiotto. **As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica.** Revista Vernáculo, [S. l.], v. 1, n. 19/20, 2007. DOI: 10.5380/rv.v1i19/20.20548. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL, Controladoria Geral da União.

BRASIL, **Ministério da Educação.**

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.**

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego.

BRASIL, **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.**

BRASIL. Federação Nacional dos Jornalistas. Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória, ES: CFP, 2007.

BRASILEIRO, Mariana. **Florilégio da dor: O retrato da violência obstétrica em Juazeiro.** Juazeiro, 2024.

C184 - **Convenção sobre Segurança e Saúde na Agricultura, 2001 (n.º 184).** Disponível em: <[https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx\\_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312329#A7](https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312329#A7)>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CARVALHO, Antonio Henrique Habib; DE MELO, Daniele de Castro Pessoa; FILHO, Raimundo Nonato Lima. **Coleta e tratamento de esgoto sob a percepção dos ribeirinhos da cidade de Juazeiro – Bahia,** Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (julio-septiembre 2016). Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/03/juazeiro.html>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CODEVASF. Projeto Público Irrigado de Maniçoba: 2023. Juazeiro: CODEVASF, 2023. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao/manicoba#:~:text=Encontra%2Dse%20ocupada%20atualmente%20uma,%2C%20sendo%2062%25%20%20C3%A1rea%20empresarial>. Acesso em: 14 dez. 2023.

COLETTI, Claudinei. **Os sindicatos de Trabalhadores Rurais no Brasil: Origem e Características Fundamentais.** Revista Direitos Fundamentais, v. 1, n. 2, p. 119–149, 2019. Disponível em: <<https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521>>. Acesso em: 18 dez, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero**. Revista Estudos Feministas, p.171-188, 2002. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mBTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DE FIGUEIREDO, P. S.; MARTINS, V. S. **O Feminismo Interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política**: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista. ODEERE, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 334-344, 2020. DOI: 10.22481/odeere.v5i10.6780. Disponível em:

<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6780>> . Acesso em: 14 nov. 2023.

DE PAULA, L. A. C. **As Margaridas seguem o caminho do campo, do campo às ruas, das ruas ao campo**: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. *in* Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, 3(41), 100–121.

Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6657>> Acesso em: 14 de nov de 2023

DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**: 2014. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>>. Acesso em: 09 de jul. 2023.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Em Comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2005.

FERREIRA, Wiris Orimar. **Religião, Política e Conservadorismo: o caso da Assembleia de Deus Seta em Araguaína, Tocantins**. Orientador: Profa. Dra. Olivia Macedo Miranda de Medeiros. 2022. Dissertação (obtenção do título de mestre em Cultura e Território.) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FURTADO, Fabrina; KATO, Karina; DE BARROS JUNIOR, Orlando Aleixo. **Raça, Gênero e Classe**: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. Rio de Janeiro. 2022.

GAREIA, Eduardo Garcia. **Saúde e segurança no Trabalho Rural com Agrotóxicos: Contribuição para uma abordagem mais ampla**. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Colacioppo. 1996. Dissertação (obtenção do grau de mestre em saúde pública com área de concentração em saúde ambiental.) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo 1996.

GUIMARÃES, Ethel de Miranda Bezerra. **Evolução Histórica do Trabalho da Criança e do Adolescente**. Orientador: Prof. Emanuel de Abreu Pessoa. 2011.

Monografia (para obtenção do grau de Bacharel em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

HEREDIA, Beatriz, CINTÃO, Rosângela. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** *in* Revista Nera, ano 9, N. 8, janeiro/junho de 2006. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>> Acesso em: 07 de jun de 2023.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2013:** IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados#:~:text=No%20C3%BAltimo%20senso%20populacional%20do,7%2C4%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em: 07 de jun de 2023.

IMHOF, Afonso. **A mulher operária em Joinville: situação, preconceito e discriminação** (projeto de pesquisa). Revista de História, São Paulo, n. 111, p. 209–217, 1977. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i111p209-217. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/75654>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

**JORNAL DO SEMIÁRIDO.** ; Ano de publicação: 2006 ; Fonte/Imprensa: Petrolina: **Embrapa Semi-Árido**, v. 7, n. 21, nov. 2006.

LABORATÓRIO THINK OLGA. **Esgotadas.** 2021. Cartilha, Disponível em: <<https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

LEITE, Marcia de Paula. **Tecendo a Precarização: Trabalho a Domicílio e Estratégias Sindicais na Indústria de Confecção em São Paulo.** Trabalho, Educação e Saúde, p. 239-265, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/gzWZChZQbdRtxKBCtjyb7fx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LEWIN, Cathy; SOMEKH, Bridget. **Teoria e métodos de pesquisa social.** In(org). Metodologias feministas. Petrópolis: vozes, 2015. p. 111-125

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo Literário Para Iniciantes.** São Paulo: Edição do Autor, 2010.

MARQUES, Gabriela da Silva, DA SILVA, Denise Quaresma. **Invisibilidade das Mulheres Trabalhadoras Rurais: as produções científicas da Psicologia no Brasil.** *in* Psicologia em Estudo, vol. 23, pp. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2871/287159842025/html/>> Acesso em: 07 de jun de 2023.

MARTINS, João Pedro Ramalho. **Livro-reportagem “Vazio das águas: vidas submersas, identidades forjadas”**. Orientador: Profa Dra. Carla Conceição da Silva Paiva. 2017. Memorial (para obtenção do grau em Bacharel em Jornalismo) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2017.

MARTINS, João Pedro Ramalho. **Vazio das águas: vidas submersas, memórias em resistências**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

MENDONÇA, Selvina da Costa. **Dependência Do Estado Como Barreira à Emancipação Dos Pequenos Produtores Assentados No Perímetro Irrigado De Maniçoba (Juazeiro-BA)**. Orientador: Professor Dr. Rubens de Toledo Júnior. 2006. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5548>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; DAL'IGNA, Maria Cláudia; ALVARENGA, Luiz Fernando. **Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social**. Estudos Feministas, v. 22, n 3, p. 885-904, set-dez, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VTCnwrwVvTWqkXhS3wGvvpn/>. Acesso em: 25 nov, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos fidedignidade. **Scientific Electronic Library Online**, p. 621–626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt#>. Acesso em: 03 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, p. 621–626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/>. Acesso em: 03 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: (Org). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

MORAES, Maria Aparecida. **Trabalho Rural: as marcas da raça**. in Lua Nova, São Paulo, 99: 139-167, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/dkGcXmPQvvXQhmtTSkYzvwy/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 07 de jun de 2023.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas Do Nosso Tempo**, p. 129-153, 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em: 18 dez. 2024.

NORONHA, C. U. A. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**,

Goiânia, Brasil, v. 22, n. 2, p. 185–191, 2012. DOI: 10.18224/frag.v22i2.2307.  
Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307> .  
Acesso em: 6 jan. 2025.

PAIVA, C. C. da S. ; SOUSA, R. B. de .; RIBEIRO, E. J. . **Gênero, Educação e Metodologias Feministas**. Cenas Educacionais, [S. l.], v. 4, p. e11421, 2021.  
Disponível em:  
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11421>. Acesso em: 24 nov. 2024.

PATROCÍNIO, L. M. F.; MATIAZZI, V. As particularidades do livro-reportagem no campo jornalístico. In: INTERCOM, 44., 2021, Virtual. **Anais eletrônicos [...]** Vitória, 2021. P. 01-15. Disponível em:  
<<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij01/lara-mireny-freitas-patrocinio.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

PAZ, Marcelo Dantas Matos da; VIEIRA, Denes Dantas. **Agronegócio da Agricultura Familiar com a Cultura de Manga no Distrito Maniçoba em Juazeiro (Ba)**. Revista em Agronegócio e Meio Ambiente, [S. l.], v. 10, n. Ed.esp., p. 33–49, 2017. DOI: 10.17765/2176-9168.2017v10nEd.esp.p33-49. Disponível em:  
<<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/5642>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo-SP. Expressão popular, 2013.

SALES, Celecina. **Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. In Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, 2007 . Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdf/?format=pdf&lang=pt>>  
> Acesso em: 07 de jun de 2023.

SANTOS, Micael Benaic Honório. **Mudanças nos desfiles escolares da Festa dos Colonos de Maniçoba: Território, Cultura, Identidades e Educação Contextualizada**. Orientador: Profa. Dra. Edonilce da Rocha Barros. 2021. Dissertação (obtenção do grau de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) - Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2021.

SANTOS, Thais Giselle Diniz; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina;  
VASCONCELOS, Ana Letícia Maciel de. Somos mulheres trabalhadoras rurais: da invisibilização ao reconhecimento de direitos previdenciários e da cidadania. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO SOCIAL**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 65–87, 2022. Disponível em:< <https://rbds.ieprev.com.br/rbds/article/view/175>>.  
Acesso em: 25 nov. 2024.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Face às Intervenções do Estado na área de Sobradinho – Bahia 1971/1987: O caso de Remanso e Pilão Arcado**. Orientador: Paola Cappelin Giuliani. 1988. Dissertação (obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

SILVA, Altair Germano da. **Os Antecedentes Históricos da Educação Teológica nas Assembleias de Deus no Brasil: De 1517 A 1979**. *Vox Faifae*, Vol. 5 n 3 , 2013. Disponível em: < <http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/83>>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SIQUEIRA, Gustavo S. **Uma história do crime de adultério no Império do Brasil (1830-1889)**. *História do Direito, [S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 122–131, 2020. DOI: 10.5380/hd.v1i1.78723. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78723>>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SOUZA, C. H.; DUCCINI, L. Aspectos de precariedade urbana nos bairros Itaberaba e João Paulo II em Juazeiro (BA). **Revista Cerrados, [S. l.]**, v. 15, n. 02, p. 246–262, 2017. DOI: 10.22238/rc24482692v15n22017p246a262. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1316>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SOUZA, Raiane Barboza de. **Processos Formativos das Trabalhadoras da Fruticultura Irrigada no Programa Chapéu de Palha Mulher (Petrolina-Pe)**. Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Edonilce da Rocha Barros. 2020. Dissertação (para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2020. Disponível em:< [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8828831](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8828831)>. Acesso em: 25 nov. 2024.

TULLIO, Ágatha. **Atendimento à Violência Contra a Mulher e Covid-19: O Trabalho nos Núcleos Maria da Penha em Tempos de Pandemia**. Orientador: Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo. 2022. Dissertação (para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

XAVIER, G. L. **Os Assalariados Rurais Urbanizados: Sobre o Fenômeno Urbano o os Trabalhadores Rurais na Alta Modernidade – Goianésia, Goiás**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2013.

## **APÊNDICES**

**QUESTIONÁRIO APLICÁVEL****Nome:****Idade:****Projeto:****Telefone:****Escolaridade:**

- Superior completo
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Fundamental completo
- Fundamental incompleto

**Cor/Raça:**

- Branca
- Parda
- Preta
- Indígena
- Amarela

**Orientação sexual/gênero**

- Heterossexual
- Lésbica
- Bissexual
- Transexual/travestis
- Assexual

**Estado Civil:****CLT ou Diarista:****TRABALHA EM QUAL ÁREA DA FRUTICULTURA?**

- Uva
- Manga
- Pack Housing
- Outros

**HÁ QUANTO TEMPO?**

- Menos de seis meses
- De seis meses a um ano
- De 1 a 2 anos
- Mais de 2 anos

**TRABALHA QUANTAS HORAS POR DIA?**

- Menos de 8 horas
- 8h
- Mais de 8 horas

**TEM OUTRO MEIO DE SUSTENTAÇÃO?**

- Sim Qual?
- Não

**TEM FILHOS?**

- Sim Quantos?
- Não

**Recebe algum benefício do governo?****Renda familiar:**

- Menos que um salário mínimo
- Um salário mínimo
- De dois a 3 salários
- Mais que 3 salários

**Sindicalizada:**

- Sim
- Não

**Aceita fazer parte da pesquisa:**

- Sim
- Não

**QUESTIONÁRIO APLICÁVEL COM DELEGADAS**

1. Qual o papel de uma delegada? Há quanto tempo você é delegada? Como você foi escolhida? Quantas mulheres você lidera mais ou menos?
2. No seu papel de delegada, quais os problemas mais comuns? E o que você costuma fazer para resolvê-los?
3. Como você descreveria sua relação com as outras mulheres?
4. Você consegue traçar um perfil das mulheres trabalhadoras rurais desta empresa? (raça, idade, casadas ou solteiras etc)
5. Como você descreveria seu ambiente de trabalho? Há reconhecimento do seu papel como delegada, como trabalhadora rural? Há mais homens ou mulheres? Quem assume posições de chefia? Há mais temporários ou contratadas?
6. Costuma se relacionar com algum sindicato? De que forma?
7. Você já presenciou ou soube de alguma história de assédio moral da parte de chefes ou homens contra trabalhadoras rurais?
8. Quais seus maiores desafios no cotidiano?
9. Como você concilia o trabalho com sua vida particular? (casa, lazer, filhos, amigos, religião, estudo etc)

Aceita fazer parte da pesquisa:

( ) Sim

( ) Não



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III  
COLEGIADO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE  
AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO E IMAGEM E SOM**

Eu, \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, depoimento e/ou som, assim como fotografias (produzidas pela pesquisadora ou por mim cedidas), **AUTORIZO**, por meio do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a pesquisadora **JÉSSICA VIEIRA CARDOSO** a colher meu depoimento e utilizar imagem (produzidas pela autora ou por mim cedidas) e informações coletadas a partir das entrevistas sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

O presente consentimento refere-se, especialmente, ao uso das informações ( imagem, depoimentos, fotografias – produzidas pela autora ou cedidas) para fins científicos e de estudos (livros, revistas, artigos, slides e mostras), com ênfase no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da pesquisadora acima mencionada, que tem como objetivo a produção de um livro reportagem intitulado “**Quinto dia Útil: relatos (in)visíveis das mulheres trabalhadoras rurais assalariadas de Manicoba**”. A presente autorização não permite a modificação dos conteúdos coletados, adições, ou qualquer mudança que altere o seu sentido ou que desrespeite a inviolabilidade da imagem das pessoas, conforme previsto no inciso X do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 20 da Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil Brasileiro

Caso em algum momento, durante o desenvolvimento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Orientador



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA CAMPUS III - UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III  
COLEGIADO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS

OFÍCIO Nº 05/2024

Juazeiro, 10 de setembro de 2024.

Ao: STRJ - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro/BA.

**Assunto: Solicitação de Informações por meio de Entrevistas para realização de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**

Com os cordiais cumprimentos, solicitamos a este Sindicato a colaboração pública para realização da pesquisa acadêmica desenvolvida pela discente **Jéssica Vieira Cardoso, CPF: 863.775.365-50**, do Curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Juazeiro. A pesquisa tem como objetivo de analisar estudar o cotidiano das mulheres trabalhadoras assalariadas. As informações levantadas irão subsidiar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a orientação do professor Carla Conceição da Silva Paiva, lotada nessa Instituição de Ensino Superior.

Informamos ainda que o Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido entre setembro até dezembro de 2024, definido pela Universidade do Estado da Bahia, Campus III, Juazeiro. Reitero o compromisso do uso dos dados disponibilizados pela unidade apenas para a pesquisa acadêmica, respeitando as normas de confidencialidade.

Atenciosamente.

Andréa Cristiana Santos  
Diretora DCH III - UNEB  
CAD: 74.425.741-3  
Port. 92/2024